

O USO INDEVIDO DO GERÚNDIO NA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: PREJUÍZO LÓGICO-SEMÂNTICO

Osvaci Amaro Venâncio Júnior*

SUMÁRIO

1 Introdução. 2 A argumentação *lato sensu*. 2.1 A argumentação jurídica. 3 O uso indevido do gerúndio na argumentação jurídica. 3.1 O gerúndio: breve consideração. 3.2 O gerúndio que prejudica o discurso jurídico. 4 Conclusão. 5 Referências.

RESUMO

Este artigo tem pretensão de servir de instrumento de apoio aos profissionais do Direito que cotidianamente são incumbidos de redigir textos jurídicos. Por meio de uma abordagem didática, serão apresentados os prejuízos de ordem lógica e semântica na estrutura interna da argumentação jurídica causados por um dos vícios de linguagem mais correntes em peças processuais — o uso indevido e exagerado do gerúndio.

Palavras-chave: Argumentação jurídica. Gerúndio. Semântica. Lógica.

1 INTRODUÇÃO

O texto jurídico, como todo texto técnico, está marcado por expressões e linguajar próprios que estão associados à busca da univocidade na interação lingüística pelos membros da comunidade jurídica. Assim, magistrados, promotores de justiça, advogados sentem-se indiretamente

* Aluno de Direito da Universidade do Vale do Itajaí — Univali; graduado em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC; servidor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

compelidos a comunicar-se da maneira idealizada pela comunidade da qual fazem parte, de modo que não seria exagero dizer que se um juiz redigir uma sentença sem se valer de nenhum tipo de *juridiquês* poderá correr o risco de ser visto com distinção pelo meio jurídico.

O uso do *juridiquês*, contudo, apesar de ser condenado por muitos estudiosos, não causa nenhum problema real à argumentação jurídica. Pelo contrário. Desde que ocorram em nível lexical apenas — em que, havendo dúvida, uma simples consulta a dicionários resolve —, os jargões jurídicos, quando empregados comedidamente, são eles próprios elementos argumentativos, porquanto seu emprego demonstra conhecimento, por parte do jurista, dos termos técnico-jurídicos que ajudam a dar identidade ao discurso normativo.

O mesmo não acontece quando o *juridiquês* ocorre no nível lógico-sintático da linguagem, afetando a semântica e a coerência dos argumentos. Assim, inversões freqüentes dos termos oracionais, uso demasiado de elipses, períodos longos, tudo isso é perfeitamente aceitável quando se trata de textos literários, mas indesejável na redação de textos jurídicos, justamente por prejudicar a fluência na leitura e a transmissão da mensagem, requisitos de todo texto técnico.

Dessa forma, principalmente por se considerar como um tipo de *juridiquês*¹ indesejado, devido ao seu amplo emprego em documentos jurídicos e ao prejuízo que, por isso, pode causar à estrutura interna da argumentação, decidiu-se discorrer neste artigo sobre o uso do gerúndio em textos produzidos por profissionais da área jurídica. Deixa-se claro, no entanto, que “não se estará tratando” do chamado “gerundismo” usado pelos operadores de *telemarketing*, mesmo porque, embora também seja

1 Apesar de ser aqui considerado *juridiquês*, o uso indevido do gerúndio, tema central deste artigo, não é exclusividade dos textos jurídicos.

considerado vício de linguagem, esse tipo de gerundismo não é comum nos textos jurídicos.

Para fazer uma eficaz abordagem sobre o tema, será indispensável expor o conceito de *argumentação* em sentido amplo, tratar sobre alguns tópicos referentes à argumentação jurídica — assunto, aliás, pouco explorado nos cursos de graduação de Direito, apesar de sua reconhecida importância — e tecer breve explicação acerca do uso apropriado do gerúndio.

2 A ARGUMENTAÇÃO LATO SENSU

Entende-se por *argumentação*, em sentido amplo, a apresentação de proposições², com o fito de persuadir ou de convencer o receptor de uma mensagem.

Vê-se que, em que pese ser às vezes assim entendida, *argumentação* não é sinônimo de *persuasão* ou de *convencimento*³, nem aquela garante a ocorrência destes, uma vez que basta uma argumentação frágil para que o destinatário da mensagem se aproprie dela de forma não almejada pelo autor. O grau de persuasão de um texto vai depender sobretudo da habilidade com que o autor usa os recursos argumentativos, de natureza lógico-lingüística.

Uma mensagem argumentativa pode ser realizada tanto pela expressão oral quanto pela escrita, e a consecução da sua transmissão dependerá do uso que se faz desses dois níveis de linguagem.

2 Somente as frases declarativas, isto é, das quais se pode questionar a veracidade, podem expressar proposições. Frases como “A Teoria Pura do Direito é uma teoria positivista.” e “Somente a autoridade judiciária poderá decretar a quebra do sigilo bancário.” são declarativas, uma vez que se pode questionar se são verdadeiras ou falsas. Já com as frases “Intime-se.”, “O IPTU é um imposto real ou pessoal?” e “Que vergonha!” isso não é possível. Tem-se, desse modo, que frases interrogativas, exclamativas e imperativas não constituem proposições.

3 Para a teoria da argumentação de Chaïm Perelman (apud ATIENZA, 2006, p. 63), “convencimento” e “persuasão” não são exatamente sinônimos. Para o autor, “Uma argumentação persuasiva [...] é aquela que só vale para um auditório particular, ao passo que uma argumentação convincente é a que se pretende válida para todo ser dotado de razão”.

Um funcionário, por exemplo, ao pedir ao seu chefe, por meio da comunicação oral, aumento de salário, explicitando-lhe os motivos, estaria habilmente se valendo da argumentação, pois seu chefe, em condições normais, entenderia facilmente a mensagem e, mesmo se não entendesse, indagaria de seu funcionário até dirimir as dúvidas. Se, no entanto, em vez de se utilizar da fala, o mesmo funcionário recorresse à expressão escrita, sua mensagem só teria força argumentativa se ele a redigisse de um modo tal que conseguisse provocar no seu chefe os efeitos desejados. É esse modo que decidirá se um enunciado, mormente o escrito, será eficaz ou não.

Observa-se, assim, que, especialmente na linguagem escrita, há dificuldades de se obter essa eficácia. Sobre esse assunto, Platão e Fiorin (1996, p. 201) sugerem:

Partindo do pressuposto de que, na escrita, o interlocutor está ausente e não pode fazer interrupções para obter esclarecimentos, o texto escrito deve ser o mais autônomo possível [...] no que diz respeito à clareza e à quantidade de informações necessárias [...].

Segundo os mesmos autores, “[...] *escrever com correção é um dos procedimentos argumentativos*. Colocando o problema em outros termos, pode-se dizer que o uso de um certo padrão de linguagem concorre para *aumentar ou diminuir o poder de persuasão* [...]” (p. 219, grifei). Em outras palavras, se um texto não é bem escrito, provavelmente lhe faltará argumentação, de sorte que sua eficácia será prejudicada.

Outrossim, um texto tende a ganhar mais força argumentativa e, por conseqüência, mais eficácia se redigido conforme a norma culta da língua, porquanto, justamente por ser ela padrão lingüístico nacional, o produtor de textos que utiliza corretamente a expressão verbal, seguindo as regras gramaticais, *aumenta as chances* de sua mensagem ser mais persuasiva e convincente⁴. Isso porque

4 É importante lembrar que o produtor de textos, para usar o padrão culto da língua, não necessita de se valer de pre-

a língua padrão, [...] embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal lingüístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 4).

Ademais, quando lemos com atenção um texto que está bem construído, de acordo, assim, com o padrão culto da língua,

não nos perdemos por entre os enunciados que o constituem, nem perdemos a noção de conjunto. Com efeito, é possível perceber a *conexão* existente entre os vários segmentos de um texto e compreender que todos estão interligados entre si (PLATÃO; FIORIN, 1996, p. 271, grifei).

E essa conexão se dá normalmente por meio dos elementos de coesão, que, se empregados corretamente, fazem com que o leitor se depare com um texto convincente, em que as idéias estão concatenadas, de forma que não há espaço para ambigüidades nem para deduções infundadas. Dessa forma, uma vez que redigir corretamente auxilia na argumentação, é estreme de dúvidas que os elementos de coesão são também elementos argumentativos.

O que importa aqui dizer é que dentre os elementos de coesão há os chamados operadores lógicos⁵, os quais serão tratados posteriormente neste artigo, oportunidade em que se verá que o uso inadequado deles traz prejuízos de ordem semântica e lógica à estrutura do discurso jurídico. Acerca do tema, vale transcrever as palavras de Fávero (2006, p. 35): “Os operadores discursivos [lógicos] têm por função estruturar, através de encadeamentos, os enunciados em textos, dando-lhes uma *direção argumentativa*, isto é, orientando o seu sentido em dada direção” (grifei).

ciosismos ou de linguagem obscura. O bom autor, aliás, é capaz de transmitir sua mensagem de forma clara, concisa, *adaptando-a à comunidade lingüística* a que é dirigida, sem, contudo, afastar-se das normas gramaticais.

- 5 Podem assumir a função de operadores lógicos as conjunções (se, conforme, logo, ora, já que, como, etc.), os pronomes (este, esse, seu, sua, etc.), os advérbios (assim, aqui, etc.).

Para corroborar esse entendimento: “O estudo da argumentação [...] vê nesses elementos de funcionamento, tão eficaz quanto discreto, um dos mecanismos essenciais da persuasão da linguagem” (MAINGUENEUAU, 1996, p. 63 apud CUNHA, 2004, p. 17).

Pode-se afirmar, assim, que a coesão, por meio dos operadores lógicos e porque contribui para uma adequada manifestação lingüística, ajuda a garantir uma eficiente argumentação textual.

2.1 A argumentação jurídica

Uma vez que se trata de tema bastante extenso, este artigo não objetiva descrever todas as teorias da argumentação jurídica existentes, tampouco fazer algum tipo de resenha crítica sobre elas. Aqui serão tão-somente apontados (e isso tem de estar bem frisado) os aspectos de algumas dessas teorias relacionados à aplicação escoreita da linguagem como instrumento essencial para uma eficaz argumentação jurídica. Para isso, primeiramente será feita uma breve exposição teórica sobre silogismos, em especial sobre o silogismo jurídico; após, será dada a definição de argumentação jurídica e serão trazidas à tona observações de dois importantes teóricos que trataram do tema — Manuel Atienza e Chaïm Perelman —, e a sua contribuição para se poder redigir, hodiernamente, textos jurídicos eficazes.

Não há, contudo, falar em argumentação jurídica sem antes se referir, conquanto de forma bastante sucinta e simples, à interpretação das normas legais, uma vez que é principalmente com base no resultado do processo hermenêutico que o aplicador do Direito⁶ poderá argumentar sua decisão.

Tendo em vista, dentre outros fatores, o caráter estático de um ordenamento jurídico (se comparado às constantes mudanças sofridas pela

6 Embora, em sentido amplo, muitos órgãos possam aplicar o Direito, neste artigo “o aplicador do Direito” refere-se aos órgãos do Poder Judiciário, maiormente ao juiz.

sociedade), a ausência, por vezes, de texto legal para ser aplicado na decisão de uma lide e, em muitos casos, a sua falta de clareza e de objetividade, a autoridade judiciária tem de amiúde valer-se de técnicas interpretativas para pôr cobro a um conflito jurídico⁷. Arrisca-se a dizer que a interpretação normativa é um processo intelectual operado pelo juiz para adaptar determinada norma à realidade do caso *sub judice*.

Após cumprir seu papel de hermeneuta da lei, o juiz precisa aplicar as conseqüências jurídicas previstas nela ao caso concreto; e isso ele faz por meio de raciocínio silogístico: o silogismo jurídico.

Ao contrário de outras ciências, como as exatas, cujo silogismo é constituído por premissas evidentemente verdadeiras e, conseqüentemente, por conclusões precisas, o Direito opera com corolários verossimilhantes, já que a passagem das premissas à conclusão não é necessária (apesar de muito provável)⁸.

Explica-se: na Matemática, se $y \div x = 2$ (primeira premissa) e $y = 8$ (segunda premissa), logo (conclusão) x será sempre $= 4$. No Direito, por seu turno, para decidir um conflito judicial, o juiz vale-se de uma premissa maior (preceito legal) e a aplica ao caso concreto (premissa menor), para chegar a sua sentença (conclusão/tese). Basicamente, esses são os três termos (premissa maior, premissa menor e conclusão) que formam o *silogismo jurídico*, o qual pode ser muito singelamente exemplificado da seguinte forma:

Premissa maior (preceito legal): a Carta Magna dispõe, no seu artigo 5º, inciso XI, *in verbis*: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de

7 “Em se tratando de Direito escrito é pelo elemento gramatical que o intérprete toma o primeiro contato com a proposição normativa. [...] a palavra constitui a forma definitiva de apresentação do Direito, pelas vantagens que oferece do ponto de vista da segurança jurídica. Cumpre ao legislador aperfeiçoar os processos da técnica legislativa, objetivando sempre uma redação simples, clara e concisa” (NADER, 2002, p. 267).

8 Isso muito se deve à indeterminação semântica de alguns termos linguísticos que formam os textos legais.

flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. E assim estabelece o artigo 150 do Código Penal: “Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena — detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa”.

Premissa menor (caso concreto): Um rapaz, munido de um taco, entrou em uma casa, oportunidade em que foi alvejado, pelo proprietário do domicílio, com um tiro de espingarda na perna direita.

Conclusão (sentença): Condenação do rapaz a 1 (um) mês de detenção, por violação de domicílio.

Observa-se, contudo, que, com base nas mesmas premissas, um outro juiz poderia concluir de forma diferente. Este poderia até mesmo condenar o atirador por lesão corporal, considerando, dentre outros fatores, que o texto constitucional menciona “morador”, e não “proprietário”, e que, no caso, não houve excludente de legítima defesa.

E outras decisões poderiam surgir. Isso porque no Direito não há falar em uma única decisão correta, justamente porque o silogismo jurídico se dá ordinariamente por meio da lógica indutiva, na qual, como já foi dito, as premissas não redundam obrigatoriamente em uma única tese, de sorte que, para casos concretos análogos, podem existir diferentes decisões judiciais⁹.

Dessa forma, tem-se que a autoridade judiciária é livre para decidir; sua decisão, contudo, além de ser naturalmente orientada pelo indigitado silogismo jurídico, deve ser motivada¹⁰. Nessa esteira, tem-se que

9 Há alguns casos, porém, em que o silogismo jurídico pode ser operado por meio da lógica formal (dedutiva), como é o exemplo da norma que prevê a idade mínima de trinta e cinco anos como condição de elegibilidade ao cargo de Presidente da República (art. 14, § 3º, VI, *a*, da CF). Assim, enquanto referida norma estiver vigendo, será sempre correto dizer que todo indivíduo que tiver menos de trinta e cinco anos de idade não poderá se eleger ao cargo de Presidente da República.

10 Art. 93, IX, da CF: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade [...]”.

motivar uma decisão é expressar-lhe as razões [...] É afastar toda arbitrariedade. Somente graças à motivação aquele que perdeu um processo sabe como e por quê. A motivação convida-o a compreender a sentença [...] a motivação dirige-se não apenas aos pleiteantes mas a todos [...] (PERELMAN, 2000, p. 210 apud ELIAN, 2004, p. 124).

É importante esclarecer que, antes dessa etapa processual de fundamentação (motivação) da sentença judicial, as próprias partes, porque diretamente interessadas no *decisum* e amparadas pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, acabam propositadamente tentando interferir no raciocínio¹¹ do juiz, para persuadi-lo, por meio de documentos como petições iniciais, contestações, réplicas, contra-arrazoados, a aplicar determinada decisão.

Ao processo de fundamentação de uma sentença judicial por parte do juiz e de tentativa de persuasão por parte dos litigantes é que se dá o nome de *argumentação jurídica*. Não seria, portanto, nenhum exagero dizer que é por meio da argumentação jurídica que se sustenta uma tese. Conforme as palavras de Voese (2006, p. 32):

Uma característica que identifica a argumentação jurídica é a presunção de que a cada tese é possível construir uma antítese, o que vai determinar que as escolhas dos recursos argumentativos visem a superar ou a minimizar as fragilidades dos sentidos da linguagem e a reforçar os procedimentos de sustentação da tese.

Acerca do mesmo tema, Atienza (2006, p. 17) discorre:

Ninguém duvida que a prática do Direito consista, fundamentalmente, em argumentar, e todos costumamos convir em que a qualidade que melhor define o que se entende por um “bom jurista” talvez seja a sua capacidade de construir argumentos e manejá-los com habilidade.

11 “Raciocínio” aqui equivale tanto à atividade intelectual do juiz quanto ao produto dela (cf. PERELMAN, 1998, p. 1).

E, tendo em vista que as peças processuais produzidas por esses “bons juristas” são manifestações da linguagem, a argumentação jurídica será mais facilmente bem-sucedida se eles forem, sobretudo, lingüisticamente competentes. No mais, a fundamentação dada pelo magistrado em uma sentença poderá constituir precedente para futuros fatos jurídicos, daí reiterar-se a necessidade de se redigirem referidos documentos de forma correta, clara e concisa.

Outrossim, já ensinava Chaïm Perelman (2000, p. 143-145), fundador da Retórica¹² moderna, que, no processo de persuasão, o auditório faz parte do componente argumentativo. Para se obter um raciocínio persuasivo, o autor considera que a presença de um interlocutor (auditório) ao longo de todo o discurso é tão importante quanto o próprio discurso e que, sem ela, não há argumentação.

À primeira vista, soam óbvias essas palavras de Perelman, porquanto parece claro que, se não há interlocutor, torna-se impraticável a argumentação. Quer-se chamar a atenção, porém, para a importância de o teórico ter considerado como *elemento argumentativo* a existência de uma pessoa a quem se deve persuadir. Assim, se o operador jurídico, toda vez que for elaborar um texto, não se olvidar de que há um leitor “do outro lado”, estará propenso a cometer menos desvios lingüísticos, de forma que sua mensagem chegará ao receptor com probabilidade maior de eficácia¹³; em outras palavras, a argumentação jurídica se locupletaria.

O que por vezes acontece no meio jurídico, no entanto, é que o produtor de textos, abarrotado de processos e pressionado pela sociedade, que almeja obter uma justiça cada vez mais célere, parece esquecer-se de que escreve para alguém com o objetivo de persuadir, como é o caso de uma petição exordial escrita pelo advogado e remetida ao juiz, ou convencer,

12 A Retórica é a técnica que procura persuadir por meio do discurso oral, valendo-se de premissas, verdadeiras ou não.

13 “A argumentação, para Perelman, é, na realidade, uma ação — ou um processo — com a qual se pretende obter um resultado; conseguir a adesão do auditório, mas só por meio da linguagem” (ATTIENZA, 2006, p. 63).

como é o caso do juiz no momento de fundamentar sua decisão (convencer a opinião pública). Dessa forma, por não saber que o que está claro para ele pode não estar para o receptor do texto, isto é, por não perceber que o interlocutor é componente argumentativo, o profissional do Direito acaba produzindo textos obscuros, com argumentos alóxicos.

3 O USO INDEVIDO DO GERÚNDIO NA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Passa-se ao objetivo principal deste artigo: apresentar excertos de acórdãos que trazem orações cujo gerúndio está empregado em desacordo com as normas gramaticais e, por isso, compromete a própria lógica interna da argumentação jurídica.

E para melhor compreensão do tema, faz-se mister tecer algumas observações acerca do uso dessa forma nominal do verbo¹⁴.

3.1 O gerúndio: breve consideração

Basicamente, usa-se o gerúndio para expressar uma ação contínua¹⁵ ou para compor as orações subordinadas reduzidas, cuja compreensão, mormente das subordinadas adverbiais¹⁶, será elementar para se obter aproveitamento deste trabalho.

As orações subordinadas adverbiais reduzidas de gerúndio¹⁷ são classificadas em *causais*, *condicionais*, *temporais*, *concessivas* e *modais*, como se seguem:

14 Além do gerúndio, são formas nominais do verbo o infinitivo e o particípio.

15 Por exemplo: Os juízes estavam *opinando* sobre a relevância das súmulas vinculantes.

16 O gerúndio pode ser empregado, também, para compor as orações subordinadas adjetivas reduzidas. Seu uso, contudo, restringe-se às orações que dão idéia de continuidade de uma ação. Por exemplo: O oficial de justiça observou os acusados *correndo* (= *que estavam correndo*). Entretanto, muitos autores condenam o gerúndio nas orações adjetivas, pelo fato de que ele traz, como se observou nesse exemplo, muitas vezes, ambigüidade à oração (quem estava correndo? o acusado ou o oficial de justiça?).

17 Cotejaram-se as teorias formuladas por alguns dos autores que tratam sobre o assunto, e chegou-se à classificação ora apresentada.

a) Causais

“*Estando* a materialidade do delito configurada, cabe ao juiz submeter os acusados ao Tribunal do Júri” (estando = *uma vez que está*).

b) Condicionais

“*Havendo* evidências nos autos de que o destino da droga era a mercancia, é impossível cogitar a desclassificação para o crime previsto no art. 16 da Lei n. 6.368/76” (havendo = *se houver*).

c) Temporais

“Em meados daquele ano, *dando* o locador por encerrada a obrigação contratual, foi notificado de que o contrato do imóvel vigeria até 31-12-2004” (dando = *quando deu*).

d) Concessivas

“Mesmo *apresentando* provas contundentes, os réus não foram absolvidos” (apresentando = *embora tenham apresentado*).

e) Modais

“Constata-se que o denunciado assumiu a titularidade das drogas, *demonstrando* que ele e o co-réu estavam associados para o tráfico ilícito de entorpecentes” (*o modo/meio como ele assumiu foi demonstrando...*).

Observa-se que a oração reduzida, contrapondo-se à oração desenvolvida, é “a oração dependente que não se inicia por [pronome] relativo nem por *conjunção subordinativa*, e que tem o verbo numa das formas nominais — o infinitivo, o *gerúndio*, ou o particípio [...]” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 609-610, grifei).

Nota-se, ainda, que a oração reduzida de gerúndio “Estando a materialidade do delito configurada, cabe ao juiz submeter os acusados ao Tribunal do Júri” poderia ser desenvolvida, utilizando-se a conjunção

subordinativa causal *uma vez que*: “Uma vez que está a materialidade do delito configurada, cabe ao juiz submeter os acusados ao Tribunal do Júri”, e não haveria alteração no sentido. O mesmo se aplica às outras orações mostradas, em que cada gerúndio corresponde a uma conjunção subordinativa — se (conjunção condicional); quando (conjunção temporal); embora (conjunção concessiva)¹⁸.

Depois dessa breve consideração a respeito do gerúndio nas orações adverbiais reduzidas, ver-se-á que o seu uso no meio jurídico nem sempre é conforme ao que foi aqui explanado, o que pode prejudicar a construção de argumentos jurídicos.

3.2 O gerúndio que prejudica o discurso jurídico

Constata-se, pela explicação acima, que *somente* as orações que trazem nexo de modo, causalidade, temporalidade, condição e concessão podem ser reduzidas de gerúndio. Dessa forma, a frase:

“Cabe ao Estado apurar e punir as ações criminosas como a de furto e clonagem de automóveis, *possuindo* para isso forte aparato.”

está em desacordo com o que rege a norma culta, porquanto o gerúndio aí expresso não corresponde a nenhum dos nexos subordinativos mostrados. Esse período estaria redigido corretamente da seguinte forma:

“Cabe ao Estado apurar e punir as ações criminosas como a de furto e clonagem de automóveis, *e possui* para isso forte aparato”.

Observa-se, no entanto, que o gerúndio empregado, apesar de gramaticalmente incorreto, não traz prejuízos lógico-semânticos à frase, isto é, o leitor não terá dificuldades de entendê-la e de inferir que há uma

18 Raramente se consegue desenvolver uma oração subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio.

relação de coordenação entre as duas orações, subentendida pelo gerúndio (possuindo = e possui).

Esse registro é para deixar patente que serão objeto deste trabalho apenas as orações em que o gerúndio empregado incorretamente acarreta prejuízos daquela ordem e compromete, por vezes, a inteligibilidade dos segmentos textuais que compõem a argumentação jurídica.

Passa-se, finalmente, à análise de excertos de cinco diferentes acórdãos¹⁹ em que o uso do gerúndio está em desacordo com a norma culta e traz ambigüidade ao texto. Para isso, e pela desnecessidade de transcreverem-se, na íntegra, os acórdãos analisados, serão obviamente considerados os contextos nos quais as orações estão inseridas.

Para fins didáticos, em primeiro lugar será transcrito *ipsis litteris* o fragmento textual a ser analisado; logo após será proposta a redação considerada apropriada; e em seguida serão expostos os motivos pelos quais o gerúndio originariamente usado não deve ser aceito.

1)

“A prova acusatória, portanto, é completa, *não tendo* sido ilidida pelas alegações apresentadas pelo acusado, *sendo* certo que ficou patente que a ação do acusado abarcou ambos os elementos da denúncia caluniosa.”

Redação apropriada:

“A prova acusatória, portanto, é completa e *não foi* ilidida pelas alegações apresentadas pelo acusado, *de forma que* ficou patente que a ação do acusado abarcou ambos os elementos da denúncia caluniosa”.

No primeiro uso do gerúndio (*não tendo*), o leitor, à primeira vista, poderá deduzir erroneamente que a prova acusatória é completa pelo fato

19 Serão omitidos a origem dos acórdãos e o nome dos seus autores.

de não ser ilidida pelas alegações do acusado (estar-se-ia, assim, diante de uma oração causal reduzida de gerúndio) ou, até mesmo, que a prova é completa e conseqüentemente não foi contestada pelo acusado (oração consecutiva).

Pela leitura do inteiro teor do acórdão, no entanto, constatou-se que de fato as provas apresentadas pelo Ministério Público foram bastantes para incriminar o réu, e que este não apresentou contestação para refutá-las.

Já no segundo caso (*sendo*), o leitor facilmente incorrerá no erro de entender a oração como uma coordenada aditiva (*sendo* = e é — e é certo que ficou patente). Cuida-se, porém, de uma oração consecutiva, porquanto a afirmação de que a prova acusatória é completa e não foi ilidida pelo acusado tem como *resultado* a certeza de que a ação criminosa do acusado abrangeu os elementos da denúncia caluniosa.

Daí ser incontroverso considerar a correção proposta como adequada.

2)

“Compulsando o conjunto probatório produzido, nota-se que não há provas de que o réu tenha agido com imprudência, negligência ou imperícia, *dando* causa ao trágico acidente, mas ao contrário, que, infelizmente, a vítima foi a única culpada pelo atropelamento.

Em primeiro lugar cumpre destacar as palavras do acusado, o qual sempre admitiu ter se envolvido no acidente; contudo, afirma que a pequena vítima foi quem, inopinadamente, adentrou na pista de rolamento em que seguia, *não conseguindo* evitar a tragédia.”

Redação apropriada:

“Compulsando o conjunto probatório produzido, nota-se que não há provas de que o réu tenha agido com imprudência, negligência ou im-

perícia *que pudesse dar* causa ao trágico acidente; ao contrário, há prova de que, infelizmente, a vítima foi a única culpada pelo atropelamento.

Em primeiro lugar, cumpre destacar as palavras do acusado, o qual sempre admitiu ter-se envolvido no acidente; contudo, afirmou que a pequena vítima foi quem, inopinadamente, adentrou na pista de rolamento em que seguia, *e que, por isso, ele não conseguiu* evitar a tragédia”.

Aqui há dois casos de gerúndio indevido em excerto de um mesmo acórdão.

O “dando” do primeiro período conota que o réu deu causa ao acidente mesmo não havendo provas nos autos de que agiu com culpa. Como se vê, todavia, pela redação correta proposta, a oração “dando causa ao trágico acidente” é adjetiva reduzida de gerúndio. Tem-se, portanto, como já foi alhures comentado, que, conquanto haja autores que admitem o uso dessas orações reduzidas, prudente é desenvolvê-las (usando-se “que”), a fim de evitar ambigüidade na escrita, vício de linguagem tão indesejável, mormente em se tratando de textos técnicos, como é o caso dos jurídicos.

No segundo gerúndio (*não conseguindo*), pode-se inferir, inadvertidamente, que quem não conseguiu evitar a tragédia foi a pequena vítima. Depreende-se, porém, da leitura da redação apropriada proposta (elaborada, repita-se, com base na leitura integral do acórdão), que o acusado foi quem não conseguiu impedir que a vítima fosse atropelada.

Observa-se, mais uma vez, o prejuízo lógico-semântico que o uso indiscriminado do gerúndio provoca na redação da argumentação jurídica.

3)

“Disse [a agravante] haver sido nomeada inventariante nos autos da ação de inventário do espólio de M. L. V., irmã falecida, que aforou em conjunto com os demais irmãos e seus respectivos cônjuges. Alegou que

vinha cumprindo suas atribuições com dedicação e afinco, pautando-se pela legalidade, mas acabou sendo removida do encargo injustificadamente, *havendo* a doutora Juíza julgado procedente o pedido de remoção de inventariante intentado por dois dos sucessores e nomeado um terceiro para exercer a função.”

Redação apropriada:

“Disse [a agravante] haver sido nomeada inventariante nos autos da ação de inventário do espólio de M. L. V., irmã falecida, que aforou em conjunto com os demais irmãos e seus respectivos cônjuges. Alegou que vinha cumprindo suas atribuições com dedicação e afinco, pautando-se pela legalidade, mas acabou sendo removida do encargo, injustificadamente, *pela decisão da* doutora Juíza, que julgou procedente o pedido de remoção de inventariante intentado por dois dos sucessores e nomeou um terceiro para exercer a função”.

Observa-se que o texto original não se coaduna com a mensagem que realmente se pretendia transmitir. O verbo *haver* na sua forma nominal ali aplicado (*havendo*) provocou ambigüidade e falta de clareza lógica no enunciado, de sorte que ao leitor caberá “decifrar” a mensagem, o que não seria necessário se se tratasse de um texto bem redigido.

O curioso nesse excerto é que o gerúndio apresentado não provoca nenhum desvio sintático. Isso porque foi utilizado adequadamente para compor uma oração reduzida causal, o que, de fato, era o objetivo do autor do texto. Veja-se:

“[...] mas acabou sendo removida do encargo injustificadamente, *havendo* a doutora Juíza julgado procedente o pedido de remoção [...]”.

“[...] mas acabou sendo removida do encargo injustificadamente, *uma vez que* a doutora Juíza julgou procedente o pedido de remoção [...]”.

No entanto, para uma eficiente argumentação jurídica, a clareza e a coesão na apresentação das idéias que se pretende defender é que são fundamentais, de forma que a observação da sintaxe, isto é, a disposição dos elementos frasais em um texto (jurídico), não é relevante se o conjunto dos elementos ou o elemento em si não denotar a carga semântica pretendida pelo autor, como ocorreu nesse caso com a forma gerundiva “havendo”, pela qual o leitor foi levado a equivocadamente inferir que a remoção da inventariante e a decisão da juíza foram atos isolados — ou seja, primeiro a inventariante foi removida, e depois a juíza a destituiu do encargo. E, como foi visto, não era isso que o autor do texto de fato objetivava transmitir.

Assim, percebe-se que, até nos casos em que o gerúndio está, em princípio, corretamente utilizado, em conformidade com a norma culta, o operador jurídico tem de ser comedido no seu uso, tendo em vista que o excesso de emprego dessa forma nominal amiúde provoca obscuridade e prejuízo semântico ao texto e pode, por isso, até mesmo ser motivo para interposição de embargos declaratórios.

4)

“É cediço que com uma fração (1/6) não se está tratando de forma diferenciada o sentenciado por delito comum e o condenado por crime hediondo, *conduzindo* à flagrante disparidade na individualização da pena.”

Redação apropriada:

“É cediço que com uma fração (1/6) não se está tratando de forma diferenciada o sentenciado por delito comum e o condenado por crime hediondo, *o que conduziria* a flagrante disparidade na individualização da pena”.

Nesse fragmento, o uso inadequado do gerúndio provoca, novamente, ambigüidade no texto jurídico. O leitor é levado a entender que, por não se tratar de forma diferenciada o sentenciado e o condenado, há disparidade na individualização penal. Justamente o oposto da mensagem que o magistrado almejava transmitir.

Repetidas vezes esse tipo de desvio lingüístico — querer comunicar uma coisa, mas acabar escrevendo outra — ocorre nos acórdãos. Problemas na compreensão textual como esse poderiam ser evitados se o produtor de textos conhecesse a função dos operadores lógicos e os casos em que o gerúndio pode, sem receio, ser utilizado.

Percebe-se que o emprego do conectivo “o que” mais o verbo “conduzir” conjugado no futuro do pretérito, em substituição à forma gerundiva, trouxe clareza e lógica ao enunciado.

5)

“Inconformada com a prestação jurisdicional entregue, interpôs a autora recurso de apelação aventando que, nos termos do pactuado, ‘o apelado ficaria com o imóvel até certa data, sendo que, se não cumprisse o acordado, a apelante receberia certo valor mensal de aluguel até efetiva venda judicial do bem’. Tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio, tanto é que a apelante possui direito à metade do imóvel, pois o apelado deve pagar aluguel pela meação’, *achando-se* presente a adequação do procedimento de alienação judicial.”

Redação apropriada:

“[...] Tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio, tanto é que a apelante possui direito à metade do imóvel, pois o apelado deve pagar aluguel pela meação’, *de modo que, para ela, é necessário* o procedimento de alienação judicial”.

Depara-se com mais um gerúndio polissêmico, uma vez que “achando-se presente” pode, em tese, denotar vários nexos subordinativos, dentre eles o causal e o condicional; e a polissemia, como se sabe, traz ambigüidade à oração.

É interessante anotar que, para saber se o gerúndio está devidamente empregado, deve-se transpor a oração subordinada (que contém o gerúndio) para o início da frase. Se o resultado for um período lógico, a forma nominal estará corretamente utilizada.

Assim, no fragmento ora estudado, se a oração gerundiva fosse transposta como mencionado, ter-se-ia:

“*Achando-se* presente a adequação do procedimento de alienação judicial, tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio, tanto é que a apelante possui direito à metade do imóvel, pois o apelado deve pagar aluguel pela meação’”.

Nem é preciso uma análise mais profunda para saber que o gerúndio aí empregado foge dos padrões normativos de linguagem, já que, mesmo se a oração fosse transformada em desenvolvida causal (“Uma vez que se acha presente a adequação do procedimento de alienação judicial”) ou em condicional (“Caso se achar presente a adequação do procedimento de alienação judicial”), ela não teria relação lógico-semântica com a oração principal e as outras que lhe seguem (“tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio...’). Veja-se:

“Uma vez que se acha presente a adequação do procedimento de alienação judicial, tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio [...]’”.

“Caso se achar presente a adequação do procedimento de alienação judicial, tais circunstâncias, em sua visão, deixam claro que ‘não dissolveu-se o condomínio [...]’”.

Demais, a oração “achando-se presente a adequação do procedimento de alienação judicial” também parece ser uma afirmação de que tal procedimento já se realizou. No entanto, como fica claro pela leitura integral do acórdão, a alienação judicial não chegou a se efetivar; é apenas algo por que pugna a apelante.

Desse modo, descartada a hipótese do uso do gerúndio, viu-se que se tratava de uma oração subordinada consecutiva. Dito em outros termos, para a apelante ainda havia relação de condomínio, *conseqüentemente* teria de haver alienação judicial para que a meação fosse de fato concretizada. Por isso, acredita-se que a forma apresentada como adequada é a que mais contribui para a construção de uma argumentação jurídica eficiente.

4 CONCLUSÃO

No seu mister de fundamentar e convencer, os operadores do Direito vêem-se por vezes desprovidos de instrumentos lingüísticos e acabam produzindo textos obscuros, prolixos, sem força argumentativa. E redigir é uma tarefa tão ingrata que, mesmo se se elaborar um documento de forma clara e concisa, não há garantia de que seu destinatário irá entendê-lo do modo esperado pelo autor.

Dessa forma, cabe ao jurista que deseja comunicar eficazmente munir-se de elementos argumentativos capazes de *aumentar as chances* de o leitor entender o texto de forma apropriada. Daí ser correto afirmar que a argumentação jurídica é o processo pelo qual os meios (o modo como os elementos são utilizados) justificam o fim (o grau de persuasão/convencimento do discurso jurídico).

Nessa perspectiva, pretendeu-se com este artigo demonstrar que as orações subordinadas reduzidas de gerúndio, elementos argumentativos quando bem empregadas, já que proporcionam lógica e coerência ao segmento textual, prejudicam a eficácia do texto se usadas imprópria e

indiscriminadamente. Foram apresentadas orações em que o uso da forma gerundiva está em desacordo com as normas gramaticais vigentes e, dessa forma, prejudica a lógica e a semântica internas da argumentação jurídica. Objetivou-se, com isso, mostrar que o gerúndio, tão comum em peças processuais, não pode ser sobejamente usado, pois, se assim for, poder-se-á incorrer em obscuridade e prolixidade na escrita, fatores prejudiciais à clareza do discurso jurídico.

5 REFERÊNCIAS

ATIENZA, M. *As razões do Direito: teorias da argumentação jurídica*. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. 3. ed. São Paulo: Landy Editora, 2006. 242 p.

BRASIL. *Código penal, código de processo penal e constituição federal*. Organização de Luiz Flávio Gomes. 4. ed. atual. até 31 dez. 2001. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. (Coleção RT minicódigos).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 36. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006. 411 p.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 748 p. Nova apresentação.

CUNHA, H. C. M. A arte da persuasão. In: FETZNER, N. L. C. (Coord.). *Argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 190 p.

ELIAN, M. C. H. O raciocínio jurídico. In: FETZNER, N. L. C. (Coord.). *Argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 190 p.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. 104 p. (Série Princípios, 206).

NADER, P. *Introdução ao estudo do Direito*. 22. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 412 p.

PERELMAN, C. *Lógica jurídica: nova retórica*. Tradução de Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 264 p.

PLATÃO, F. S; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1996. 432 p.

VOESE, I. *Argumentação jurídica: teorias, técnicas, estratégias*. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2006. 120 p.